



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

**As mulheres da economia solidária de Niterói (Rj): trabalho,
movimento social e a política pública municipal**

Luci Faria Pinheiro ¹
Leila Maribondo Barboza²

Resumo. O presente trabalho é fruto do estudo que iniciou de experiências de ensino, pesquisa e extensão, no ano de 2020, pelo Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL), da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, sobre o trabalho das mulheres na economia solidária de Niterói (Rj) e as eficácias da política pública municipal. Na busca por identificar como as mulheres participam do movimento social, a metodologia de pesquisa-ação possibilitou a escuta das histórias de vida destas mulheres, perfazendo um conjunto de narrativas que contam sobre suas vidas no contexto do trabalho na economia solidária.

Palavras-chave: Mulheres; economia solidária; política pública; movimento social.

Abstract: The present work is the result of the study that began teaching, research and extension experiences, in 2020, by the Laboratory of Social Service, Social Movements and New Corporate Projects in Latin America (LASSAL), of the School of Social Service, of the Federal University Fluminense, about women's work in the solidarity economy of Niterói (Rj) and the effectiveness of municipal public policy. In the search to identify how women participate in the social movement, an action research methodology made it possible to listen to the life stories of these women, creating a set of narratives that tell about their lives in the context of work in the solidarity economy.

Keywords: Women; solidarity economy; public policy; social movement.

¹ Assistente Social. Docente do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF/RJ, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL/ UFF). Doutora em Antropologia e Sociologia Política/Universidade de Paris. E-mail: lucifariapinho@gmail.com.

² Assistente social. Pesquisadora e Extensionista do Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina e Caribe (LASSAL/ UFF). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica 5, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Doutora em Antropologia (PPGA/ UFF). E-mail: leilamaribondobarboza@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do estudo que iniciou de experiências de ensino, pesquisa e extensão, no ano de 2020, pelo Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL), da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, no âmbito do estágio de pós-doutorado da co-autora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ). Em 2023, a pesquisa “A saúde pública e a questão alimentar no município de Niterói (RJ): História de resistência e invasões conservadoras nas instâncias de decisão”, foi contemplada com a bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), possibilitando a permanência da equipe na investigação.

Durante 2020 à 2023, o grupo de pesquisa vem desenvolvendo ações e parcerias, adensando contatos com os espaços empíricos. A primeira fase do estudo foi desafiado pelo contexto pandêmico Covid-19, impactando, diretamente, na vida dos informantes, dos cientistas e estudantes, assim como da própria universidade e da Ciência. O fazer científico, diante do cenário político “ultraneoliberal” que mostrava seu potencial nocivo frente à pandemia, evidenciava ainda mais sua face de resistência, necessária na construção de uma cultura e uma sociedade pautada na defesa dos direitos sociais.

Logo que houve a flexibilização das medidas restritivas, o projeto de pesquisa passou a buscar contato direto com as feiras de economia solidária que acontecem no município de Niterói (RJ), as quais engendram o chamado Circuito Arariboia, compondo parte da política municipal³ de geração de renda e combate à pobreza da cidade. Essa incursão resultou na definição do espaço de pesquisa empírica e, junto aos trabalhadores, adotou-se uma metodologia participante que oferecia uma possibilidade de imersão na realidade.

O contexto era de crise sanitária e aprofundamento da crise econômica e do desemprego, de desalento frente à situação inédita no último século. O isolamento social e o auxílio oferecido aos chamados MEIs (microempreendedores individuais, os feirantes) pela Prefeitura nos primeiros quatro meses em que foi decretado estado de calamidade pública,

³A Feira EcoSol, como parte da política municipal de economia solidária desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), é promovida pelo equipamento social Casa Paul Singer, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMASES), situada no estado do Rio de Janeiro, e acontece em diferentes bairros da cidade. O Circuito Arariboia é gerido pela SMASES em cogestão com o Fórum de Economia Solidária de Niterói. Apesar do processo de constituição dessa iniciativa de mercado já estar em andamento na cidade, é com a Política Municipal de Economia Solidária que essa conformação é instituída como política pública. A Política Municipal de Economia Solidária foi sancionada no dia 20 de janeiro de 2020, estabelecendo uma gama de estratégias para o chamado *desenvolvimento solidário*, se constituindo a partir das pautas levantadas pelo movimento social, representado pelo Fórum de Economia Solidária de Niterói. *Miriam*, militante ativa do movimento de economia solidária e membra da secretaria executiva, disse que o Fórum de Economia Solidária que tem como objetivo manter pulsante os princípios, mesmo com a sua institucionalização como política municipal.



traziam um certo conforto individual. Porém, a flexibilização das medidas emergenciais surtiu um efeito também inédito quanto à sociabilização, que resultou a partir das entrevistas em redefinição do objeto de estudo. Tratava-se agora de entender o trabalho da economia solidária como espaço de formação de uma cultura de resistência e, logo, democrática. As organizações constituídas por meio do trabalho criativo e do controle social, gerava uma participação inovadora num contexto de ameaças conservadoras que aterrorizavam os espaços democráticos que tem uma longa história de resistência ao projeto neoliberal.

Dos contatos diretos com agricultores orgânicos (de origem rural do Estado do Rio de Janeiro) e mulheres em maioria, vinculadas ao Fórum de Economia Solidária de Niterói (FES-Nit), ocorreu uma imersão da equipe no espaço, de forma absolutamente orgânica, o que levava a novas hipóteses de pesquisa. Em 2022 foi dado um recorte temporal, o período da pandemia, elegendo como objeto de aprofundamento os novos elementos que constituíam o conceito de *saúde desde* a 8ª Conferência Nacional de Saúde e que tornaram-se mais exigentes de atualização, tendo em vista o crescimento da fome, da miséria e dos problemas de saúde mental, reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como problemas de saúde pública a partir da pandemia. Compreendemos que essa participação involuntária pela política pública municipal, é um dos movimentos sociais sob novo contexto. A partir de então, tratava-se de entender qual era o nível de consciência existente nesse movimento e o papel das mulheres de origens sociais e étnicas diversas. A história de resistência democrática de Niterói tem protagonismo do movimento urbano pela habitação, do movimento negro e do movimento em defesa da saúde. Os conselhos municipais, dentre os quais o de saúde, exercem uma função democrática importante na definição das políticas sociais. No caso do Sistema Único de Saúde, a política municipal tem sido longamente acordada pelo Conselho de Saúde, que se alimenta das Conferências municipais realizadas sistematicamente, do diagnóstico participativo, gerando impacto nas eleições do município e do Estado do Rio de Janeiro.

Foi necessário considerar não apenas a importância do acesso universal à política de saúde pela gestão municipal, como, também, a implementação de políticas de emprego e renda, orientadas para a emancipação de indivíduos que dependem do trabalho, no caso o Circuito Arariboia se revelou como resposta. Escolheram o trabalho manual e autônomo como uma experiência a ser estudada em sua articulação com a questão da saúde coletiva, ambiental e mental. Compreendemos que numa perspectiva autogestionada e com escopo de política pública, essa dimensão do trabalho assume um caráter coletivo, exigindo a socialização política, visando assegurar bem-estar e dignidade, mas também as condições exigidas pela técnica da cooperação, para além das trocas econômicas entre si e com o público consumidor.



Ora esse mercado que está se formando de forma diferenciada, através de bens cuja qualidade original reside na busca de satisfação do artista e do agricultor, ao mesmo tempo que produz um complemento de renda e o sustento de suas famílias, preserva um caráter ético: porque dele deriva uma nova cultura, a necessidade de que todos tenham igualmente e direito ao trabalho livre, emancipador e formador de uma nova consciência democrática. Essa prerrogativa seria uma resposta local no seio do debate sobre os desafios contemporâneos, pós-pandemia, ápice de um tempo cujo ponto limite da crise política e econômica seria a barbárie, ao contrario de uma consolidação de políticas radicalmente democráticas, para erradicar a pobreza e conter a velocidade das mudanças climáticas acelerada pela usura dos grandes grupos econômicos.

Para tal, o estudo, em andamento, que aqui se apresenta parte do método do levantamento das demandas colocadas pelo trabalho criativo ao poder público e ao mesmo tempo, das condições para maior capacitação das famílias envolvidas no trabalho: dos profissionais de saúde, assistência social e conselheiros, para uma atuação mais efetiva em defesa da participação democrática no planejamento e execução das respectivas políticas sociais. Para compreender a realidade e identificar demandas do trabalho, estão sendo aplicados os seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante, entrevistas semi-estruturadas, levantamento de dados através da plataforma *GoogleForm*, acompanhamento de plenárias e assembleias dos Conselhos e Fórum de Economia Solidária (FES-Nit), realização de debates em forma de extensão universitária, em parceria com a gestão municipal e movimentos sociais, dentre as organizações da sociedade civil mobilizadas.

Nessa medida, a metodologia do trabalho compreende o mapeamento das eficácias e desafios da Política Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (PMASES/RJ), por meio de uma pesquisa-ação, que proporcione ao mesmo tempo maior diálogo e avaliação pelos profissionais em torno de capacitação das usuárias dos serviços. Esse processo é realizado em parceria com a Casa Paul Singer, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES), da Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), assim como, com o Fórum de Economia Solidária, mediante articulação entre Estado e sociedade civil, no intuito de contribuir com a elaboração de políticas transversais que acolham as diversas demandas das usuárias da política pública, considerando as particularidades da sociabilidade que o trabalho criativo desenvolve nos espaços da economia solidária, dentre outros aspectos sociais, educativos e político-democráticos que limitam a divisão do trabalho, como as questões de gênero e a desvalorização do trabalho da mulher.

Nesse sentido, o estudo busca investigar as diferentes características nesses espaços que possibilitam um fortalecimento da autonomia das mulheres na geração de renda e o nível de satisfação com o trabalho criativo, tendo em vista as exigências de



sociabilidade para o fortalecimento da participação democrática na auto-gestão, como micro-empendedoras, uma alternativa individual e pública de enfrentamento do desemprego estrutural e das desigualdades de gênero.

Na observância desses termos, a pesquisa em sua articulação temática entre saúde e saúde alimentar, explorou o movimento de economia solidaria enquanto parte de uma política municipal de economia solidaria, um experimento da perspectiva democrática participativa com história na administração pública de Niterói. O que levou à questão - se a política de assistência social teria o mesmo enfoque da economia solidaria ou se enfim, apresenta-se em Niterói um modelo atípico de política de combate à pobreza e geração de renda, que as transformariam em instrumento de formação da cidadania. Ou melhor, a economia solidaria se tornaria uma referência de participação, indo além do caráter residual e focalizado das políticas sociais no Estado neoliberal? O contexto de pandemia e de calamidade pública, o qual já era previsto na constituição e preceitos da PNAS/SUAS, puseram-se em ação, tornando para a equipe do LASSAL óbvia a relação esquecida diante da emergencialidade em saúde pública naquele momento, dada na constituição pela seguridade social. O quadro social, esboçado por meio do Circuito Arariboia e o movimento de economia solidaria como parte de um conjunto de resoluções inauguradas pela Prefeitura em 2020, trazia em seu âmago nitidamente, questionamentos sobre as determinantes de saúde que sustentam o SUS, em inteira dependência da assistência social e do trabalho como direito à estabilidade, exigência mínima para a reprodução da força de trabalho. Tornava-se desde modo clarividente que nesse curso de emergência e calamidade pública que tocava os interesses e necessidades de toda a população, as condições de saúde são proporcionais às conquistas democráticas. Lutas e conquistas se fazem em conjunto mediante os espaços políticos constituídos numa perspectiva de aprofundamento democrático, isto é: em políticas sociais resultantes do nível de amadurecimento político alcançado pela classe trabalhadora organizada. O sucesso e responsabilidade da política pública emergencial colocada em ação pela Prefeitura de Niterói teria tido origem no período longo de resistência aos preceitos neoliberais, desde os anos 1990, unindo o movimento popular com frentes de esquerda e o movimento sanitário que teve na 8a. CNS, em 1989, seu ponto culminante no país.

Partiu-se da seguinte assertiva - que o movimento de economia solidaria representa mais do que uma vitrine da democracia participativa; significa uma contradição que a gestão pública municipal tenta conciliar, dando respostas ao avançado nível de necessidades ao qual a ideologia do mercado apresenta saídas ilusórias. A política de economia solidaria não seria uma ilusão, mas uma resposta provisória e consciente de seus participantes, que oscilam entre a criatividade, a disputa de narrativas entre diversas frentes e concepções reformistas, conservadoras e liberais de Estado, de política social e de mudança e



transformação social. Isto significa que o movimento de economia solidaria, conforme foi também observado durante as entrevistas com produtores de alimentos orgânicos, é travejado de concepções políticas divergentes da perspectiva democrática que constitui a história de lutas pelo SUS e SUAS. Esclarecemos que o contexto da pesquisa foi também o de vigência do governo ultraconservador de Jair Bolsonaro, o qual se tornou uma liderança da política no Estado do Rio de Janeiro, onde avançou seu poder de influência, radicalmente a partir de 2018.

É no cerne das contradições apontadas, que a pesquisa buscou apreender as políticas sociais que compreendem seu objeto de estudo, como expressões das contradições do capitalismo, que avançaram vertiginosamente a partir da pandemia de Covid-19. Aumentou-se a pobreza e sua reprodução, segundo os traços estruturais oriundos de uma economia dependente, onde os pobres são estigmatizados pela cor, raça e gênero, não sendo admissível que ampliem seu poder junto ao Estado, através de políticas sociais estruturantes e universais.

A resposta à pandemia entre política nacional de assistência social m compreender as determinantes da *saúde* nesse processo de trabalho, quanto aos limites da emancipação econômica das mulheres, tomando como recorte de análise o período pandêmico e suas consequências atuais, destacando as políticas sociais locais e seus efeitos na realidade das usuárias, quanto às vulnerabilidades sofridas. É pretendido sistematizar a ordem classificatória dessas identificações: mãe solo; famílias; educação, desemprego; problemas psiquiátricos e nutricionais, etc. visando compreender como as políticas de redução de danos se manifestou na materialidade de seus cotidianos.

Com o objetivo de fortalecer o exercício da cidadania e acesso aos direitos sociais, a pesquisa pretende contribuir com a visibilidade das demandas e em ações que estimulem, no processo de pesquisa-ação, a participação das mulheres no controle social, dentre outras formas de participação coletiva, como os conselhos municipais de saúde e de economia solidária, movimentos sociais, partidos políticos, etc., mediante uma metodologia educativa e de capacitação.

2. O TRABALHO DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE NITERÓI (RJ), O MOVIMENTO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL

Com o objetivo de compreender a participação das mulheres na economia solidária de Niterói (Rj) e as eficácias da política pública municipal, alguns questionamentos nortearam o olhar sob a realidade observada, como: quem são as mulheres que participam do movimento de economia solidaria em Niterói, o que buscam e como contruíram suas atividades? Qual seria o estado da arte das práticas e perspectivas adotadas?.



A perspectiva da metodologia de pesquisa-ação possibilitou a escuta das histórias de vida a partir da oralidade destas mulheres, perfazendo um conjunto de narrativas que contam a materialidade de suas vidas cotidianas no contexto do trabalho na economia solidária. Na busca por conciliarem demandas do espaço privado e do espaço público, o contexto da pesquisa apresentou um trânsito entre os fazeres acionados pelo sentido do trabalho, evidenciando algumas regularidades.

Dentre os empreendimentos econômicos, foi observado que as atividades exercidas pelas mulheres das feiras EcoSol vão ao encontro aos lugares ocupados na divisão sexual do trabalho, reproduzindo um *saber fazer* do espaço privado para o espaço público, como: costurar, cozinhar, cozer, rendar, crocheter dentre outras. O trânsito da casa para a economia solidária denota o lugar onde as mulheres estão na divisão sexual do trabalho, exercendo práticas as quais possuem conhecimento e que as possibilitam uma inserção no mercado de trabalho. Como uma extensão do trabalho do cuidado e doméstico, elas relatam que iniciaram os empreendimentos com materiais que tinham em casa, usados para si e suas famílias, como linhas para consertar uma peça de roupa ou ingredientes para uma receita que posteriormente se tornariam um produto de venda.

Por exemplo, *Sara*⁴ possui quarenta e seis anos, mora na Região Oceânica e vende produtos de saponaria, como sabonetes, repelentes, xampus, e outros similares. Durante as entrevistas, *Sara* contou que é formada, mas não exerce a profissão atualmente, pois prefere se dedicar ao seu empreendimento na feira. Disse que sempre fez sabonetes para uso próprio e de sua família, e que certo dia decidiu começar a vender. A elaboração do produto se faz no ambiente doméstico e envolve a utilização de ervas da própria horta ou jardim, como: alecrim, boldo, manjerição e afins.

No estudo sobre as artesãs da Feira de Artesanatos do Campo de São Bento, Barboza (2013) descreve as sociabilidades presentes entre as feirantes, encontrando com o cenário da divisão sexual do trabalho que hoje é observado na Feira de Economia Solidária, do Circuito Arariboia.

No caminho principal do parque, no qual acontece a feira, são planejados os espaços não apenas das barracas e dos produtos vendidos, mas dos profissionais, das pessoas. É comum os feirantes interagirem de acordo com esse espaço planejado, como a construção de laços sociais. “Eu venho aqui mais para encontrar minha amiga *Lourdes*, minha grande amiga. Conheci trabalhando aqui, senão fico só em casa, cuidando de neto”, relatou *Liz*, artista plástica. (BARBOZA, 2013, p.24)

Durante a pesquisa empírica, as feirantes relataram que no trabalho como produtoras ou empreendedoras em suas atividades em casa, elas compatibilizam o cuidado

⁴Os nomes dos sujeitos que compuseram a presente pesquisa foram modificados, com o objetivo de preservar sua privacidade. Assim, os nomes constados aqui são fictícios.



com familiares, como filhos e outros parentes. Esse trabalho doméstico é invisível, porque é realizado pelas mulheres tradicionalmente, embora dificultam sua realização como indivíduos sociais, onde o aperfeiçoamento e a sociabilidade são limitados, demarcando uma menor participação na vida pública e espaços políticos de defesa de direitos sociais e trabalhistas. Essa realidade explica as narrativas de artesãs que viram, na economia solidária, uma possibilidade de participar do mercado de trabalho, por sentirem: que suas necessidades sociais eram comuns a todas; acolhidas e apreendidas como um acúmulo do trabalho e exploração de mais-valia, por um lado e uma rede de apoio, por outro, exercida dentro do ambiente da feira, e na auto-organização do trabalho no espaço coletivo. Esse espaço foi uma conquista social, tornando-se uma política municipal aliada à Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), mediante as Sub-secretarias específicas, onde se concentram a Moeda Social Arariboia e a Casa Paul Singer, os Conselhos de Economia Solidária, de Segurança Alimentar, de Assistência social e da Criança e do Adolescente.

Tendo a Economia Solidária emergido em um contexto neoliberal de expansão do capital, ela é descoberta como alternativa ao enfrentamento das contradições sociais que ampliam a “questão social”. (Netto, 1991). Uma reflexão continua sem resposta: seria a *economia solidária* uma forma de resistência, um modelo alternativo de produção, frente aos ajustes fiscais que dificultam o acesso ao emprego e a renda dos trabalhadores?

De acordo com Laville e Gaiger (2009) os princípios fundamentais da economia solidária são: (1) cooperação; (2) igualdade; (3) autonomia; (4) gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009).

O Brasil, que respirava os primeiros anos pós-ditadura, experimentando as promessas e esperançosas de liberdade, a qual com sua face *mise em scène* deleitava-se em estruturas de uma sociedade que espetaculariza o consumo e escondia a luta de classes a ela eminente. Sentia também os arrebatamentos da era da globalização e internacionalização da divisão social, sexual e étnico/racial do trabalho. Os anos 90 amanheciam de um sombrio período ditatorial e anunciavam novos ares, marcados pela conquista dos trabalhadores e trabalhadoras, resultando na Constituição Federal de 1988. Instrumento de luta e produto de reivindicações populares e movimentos sociais, a CF/88 norteou outras estruturas legislativas, trazendo o sentido de cidadania e cidadão ao trabalhador e à trabalhadora brasileira (CARVALHO, 2004).

Vilma, produz laços de fita de enfeites de cabelo para vender na Feira de Economia Solidária, dentre outros acessórios, como brincos, pulseiras, arcos, etc., voltados, sobretudo, ao público infanto-juvenil. A artesã possui 42 anos, é moradora do bairro Fonseca, e declara que não consegue “tirar uma renda muito boa dali”, mas esta “complementa a renda da casa”. Ao perguntar sobre sua continuidade na feira, Vilma responde que esta é “uma



oportunidade de sair de casa e ver gente, conhecer novas pessoas, conversar”, “sair detrás do fogão” e que “durante a pandemia foi muito difícil ficar dentro de casa, isolada”. Esse cenário narrado por *Vilma* evidencia que a feira de economia solidária se constitui para além de um mercado, em ambiente de construção de um sentido coletivo.

Outra mulher entrevistada foi *Neide*, de trinta e cinco anos, que contou ser marisqueira e se denomina como pescadora e trabalhadora do mar. Durante a pesquisa de campo, ela relatou que, muitas vezes, levou seu filho à beira da praia pois ‘não tinha com quem deixar’, buscando conciliar o cuidado com o trabalho da pesca. “Tem vezes que eu saio no mar com meu esposo, e tem vezes que ajudo ele a cascar [descascar os mariscos]. O barco é dele, ele já era pescador antes e eu aprendi com ele”, disse. Ela relatou que possui formação como técnica de enfermagem e que, depois de depois que conheceu seu esposo, que é pescador, começou a ver a atividade da pesca como possível. Sem conseguir emprego na área em que se formou, *Neide* disse que viu, no mar e na economia solidária, uma possibilidade de complementar a renda da família e conciliar com o cuidado do filho. Apesar de se ver como pescadora, *Neide* contou que ainda não está formalizada junto às instâncias governamentais e diz que muitas mulheres, assim como ela, estão na mesma situação e buscam ‘tirar um tempo para resolver isso’, mas que ‘é difícil com tanta coisa para resolver’.

A pesquisa identificou que a participação das mulheres na economia solidária é majoritária, tanto no que tange à comercialização dos produtos e sua fabricação nas feiras, quanto na representação no Fórum de Economia Solidária de Niterói. Essa realidade da ocupação das mulheres na economia solidária é percebida também quando observa-se ao quadro de trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de Niterói, especificamente na Casa Paul Singer, principal equipamento social que norteia a Política Municipal de Economia Solidária (ANDRADE, 2023).

De acordo com o relato da técnica da política municipal, algumas usuárias não conseguem ter o retorno financeiro suficiente na venda de seus produtos, que lhes garantam a continuidade de participação nas feiras. No entanto, a Casa Paul Singer pode ser um equipamento de recebimento em primeira instância, de usuárias e suas demandas e uma porta de entrada no Sistema Único de Assistência Social e outras políticas. De forma específica do que fora narrado pela assistente social sobre as demandas das usuárias e seu cotidiano do trabalho, mas indo ao seu encontro, a secretária executiva da FES-Nit observou, em entrevista, uma descontinuidade da presença das usuárias nos espaços da economia solidária, justificando que muitas precisam de renda fixa, com maior remuneração, o que as levam a procurarem outras oportunidades de trabalho.

Essa característica pode enunciar que as rendas obtidas pelas mulheres que permanecem na economia solidária, são apenas um complemento da renda familiar. Essa



realidade evidencia o modelo de produção coletiva, a instabilidade e descontinuidade da renda. Logo, enquanto instrumento de resistência, a economia solidaria não pode se restringir ao aspecto de rentabilidade. Outras características devem ser reconhecidas, para além da renda básica, pois o movimento se mantém em Niterói com uma participação aproximada de mil filiados, que se reúnem em plenária mediante o Fórum de Economia Solidaria, sistematicamente, inclusive no período de pandemia, por via remota, havia uma presença de mais de cem pessoas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as particularidades da conformação social brasileira, o racismo e o capitalismo possuem fortes imbricamentos com o patriarcado, marcando o tripé classe, gênero e cor/raça/etnia. Os estudos em Serviço Social de cunho marxista sobre a chamada "questão social", surgem no processo de redemocratização no Brasil, associando seu aparecimento à generalização do trabalho livre, ampliado com o fim da escravidão da população negra e indígena, no final do século XIX e início do século XX (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004).

Com a necessidade de controle da exploração da força de trabalho, visto o cenário de ampliação de desigualdade social e conflitos inerentes no Brasil, o Estado, como representante da classe dominante, vem a criar um conjunto de respostas sociais, marcando a regulamentação jurídica. Como matéria prima do Serviço Social e base de sua fundação como profissão, a questão social pode ser definida como "um conjunto de expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura" (IAMAMOTO, 2001). Em um quadro no qual o trabalho torna-se social, ao passo que a apropriação da sua riqueza produzida se destina ao âmbito privado e monopolizada por uma elite dominante, é decerto considerar a questão social sendo indissociável do modo de produção capitalista. Nessa medida, faz-se necessário analisar as especificidades da questão social de acordo com as conformações sócio-históricas. Isto é, para a compreensão das particularidades que a questão social ecoa nos diferentes recortes de espaço e tempo, torna-se imprescindível não perder de vista que seu *locus* está no centro da lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2014). O papel da população trabalhadora excedente, como demonstra Marx (2013), encontra-se como fundamental na lógica de acumulação de riqueza.

Na lei de acumulação capitalista, Marx (2013) destaca sobre a rentabilidade que a superpopulação traz ao sistema de produção, constituindo um exército industrial de reserva pertencente ao capital e obedecendo a uma dinâmica desigual do acesso à riqueza produzida. Ao mesmo tempo que a riqueza concentra-se em um pequeno grupo, amplia-se a pobreza nas mais variadas possibilidades na superpopulação, obedecendo à lei de



acumulação de miséria. Assim, identificar as disparidades, sem perder de vista a lógica da luta de classes, torna-se imprescindível para analisar as múltiplas expressões da questão social: as relações de gênero; questões étnico-raciais; acesso à alimentação adequada; educação; saúde; moradia; etc. Isto é, na análise dos acessos aos bens da civilização.

Gonçalves (2018) destaca que a trilogia patriarcado-racismo-capitalismo são elementos basais da questão social na formação social brasileira, determinando a vida social da classe trabalhadora. O patriarcado e o racismo se constituem como fenômenos históricos, e apesar de possuírem dimensões específicas, são consequências da divisão sexual e racial do trabalho. É no imbricamento desses com a lógica de produção do capital que se reproduz as relações sociais que condicionam a vida humana (MOURA, 1983, p.38).

Sendo um processo que possui como unidade básica a família patriarcal, o patriarcado pode ser compreendido como o conjunto de relações sociais hierárquicas que tem no masculino o lugar de dominação sobre as dimensões diversas da vida da mulher. Além de possuir uma base material, isto é, uma organização do trabalho específico que condiciona o lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2004). Esse processo exhibe a intensificação do trabalho das mulheres, que permite à sociedade capitalista explorar a sua mais-valia absoluta, ancorada na exploração da sua mão-de-obra. Além das duplas (ou triplas jornadas de trabalho), as mulheres tendem a receber salários mais baixos, adquirindo uma rentabilidade no tensionar dos salários.

Ao analisar a materialização da economia solidária enquanto mercado e política social, Menezes (2007) atenta sobre o outro gume, que poderia ceifar, a partir de uma promessa ilusória de transformação social, a força e coesão da classe trabalhadora. Em seu estudo, a autora destaca que a economia solidária pretende conciliar e adaptar-se à ordem burguesa, deixando de lado as formulações combativas e, de fato, eficazes. A autora entende que o conceito dessa “economia” estaria sintonizado aos interesses e à sustentação do capital financeiro nacional e internacional, contribuindo “para a sedimentação da hegemonia norte-americana”. O projeto político da economia solidária inscreveria “a miséria na órbita dos mecanismos de crédito, metamorfoseando em política social de combate à pobreza”, somando a categoria de *empreendedorismo* ao seu discurso ideológico. A efeito disso, a economia solidária torna-se “funcional à precarização e à terceirização do trabalho, com o aval do movimento sindical e da universidade pública através das incubadoras de cooperativas” (MENEZES, 2007, p.34).

A relação contraditória e complementar entre alienação e consciência pode ser identificada nas manifestações da questão social, movimentando-se entre conformismos e rebeldias (IAMAMOTO, 2006). Iamamoto destaca o aparecimento do pensamento integralista ultraconservador na defesa da propriedade privada como uma forma de enfrentar a questão social. Ao invés da formação de uma consciência democrática, esse



pensamento faz parte de um processo de formação das ideias hegemônicas na atualidade. Netto (1992) afirma que a ofensiva neoliberal presente na realidade brasileira se constitui na crise do Estado de bem-estar social e do chamado “socialismo real”, esvaziando o discurso político dos direitos sociais e das expressões da questão social

De acordo com Coutinho (1999, p. 20), é na obra *Cadernos do Cárcere* que o conceito de sociedade civil adquire maturidade “como portador material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito”. Para o autor, os tópicos os pontos em comum que Gramsci estabelece com Marx e Lênin assumem não apenas uma continuidade epistemológica, mas sobretudo uma relação dialética de conservação/renovação da teoria marxista. Na teoria gramsciana a política é considerada a intersecção da totalidade da vida humana, sendo na ordem da teoria política, ou de uma ontologia marxista da prática política (COUTINHO, 1999), que se estabelece a renovação do marxismo.

Nessa medida, o presente estudo buscou trazer, em formato de artigo científico, um recorte da pesquisa em andamento realizada pelo Laboratório de Serviço Social. Movimentos sociais e Novos projetos societários na América Latina (LASSAL - ESS/ UFF). Apesar da investigação encontrar-se em desenvolvimento, procuramos resumir alguns dos resultados parciais obtidos até então.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MENEZES, M. T. G. de, **Economia Solidaria. Elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: 2007, Editora Gramma.
- BARBALHO, Alexandre. Conselhos de cultura: desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).
- BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2007.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D. (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) 2005.
- CHAUI, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).



- CARVALHO, J. M. De C. **Cidadania no Brasil. O longo percurso**. Rio de Janeiro: 2004, Editora Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**, Perspectivas 22, 1999. Pg. 41 – 59. Disponível em: [HTTPS://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf](https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf) Acesso em: março de 2024.
- DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Katálysis*. Florianópolis, v. 21, n.3, p.514-522, set./dez. 2018
- IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005
- IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.
- IANNI, O. **A construção da categoria**. In: Revista HISTEDBR On Line; Campinas, numero especial, p. 397-416, abr 2011 – ISSN: 1676-2584
- MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: **O CAPITAL: crítica da economia política: livro I**. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MOURA, C. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1987.
- NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Temporalis*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992. Capítulo I. Item 1.4: A emergência do Serviço Social como profissão.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.